



Reajuste do plano de saúde é abusivo mas Justiça indefere ação

Nova tabela começa a vigorar a partir deste mês com desconto na folha salarial de janeiro. Um aumento escorchantes!

Página 4

A dívida pública e suas graves consequências

Esquecer investimentos em serviços públicos de qualidade só agrava os problemas nas áreas sociais

Página 2

Aposentadoria, sinônimo de sofrimento

O caminho a trilhar é cheio de espinhos, luta sem fim e uma determinação marcada por sonhos.

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO VI - Nº 74

Cuiabá - Fevereiro de 2014

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmt.org.br

SINDSEP-MT
FILIADO À **CUT** BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
CONDSEF

COPA DO MUNDO, ELEIÇÕES E... ARROCHO!

Governo diz que 2014 não será diferente dos anos anteriores

Fórum Nacional, composta por 31 entidades, não descarta greve geral caso negociações com o governo federal não avancem

Mais uma vez a postura do governo federal é clara quando se trata da valorização dos servidores públicos federais. Após várias tentativas de negociações, nenhum avanço foi estabelecido e os servidores estão prestes a repetir o cenário de greve geral, ocorrido em 2012. Isso porque os acordos firmados com a bancada federal não foram cumpridos e as chances de negociação em 2014 são mínimas, já que esse é um ano de Copa do Mundo e eleições.

Mesmo sem muitas expectativas, os servidores públicos das três esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário) uniram forças e realizaram um ato de lançamento nacional da Campanha Unificada 2014, em frente ao Ministério do Planejamento, em Brasília (DF). O manifesto ocorreu durante os dias 5 a 7 de fevereiro, para pressionar o governo na reabertura do processo de negociações.

Em 2012 o acordo firmado com as entidades assegurou às categorias um reajuste de 15,8% divididos em três anos (2013, 2014 e 2015), só que mais uma vez o Executivo utilizou a tática de empurrar os processos, ignorando completamente as reivindicações dos servidores públicos federais. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef -, que representa 80% do total de servidores do Executivo aprovou o indicativo de greve, que pode ocorrer na primeira quinzena de março.

Em pauta unificada, as 31 entidades que compõem o Fórum Nacional reivindicam política salarial permanente, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, definição da data-base, antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015, diretrizes de plano de carreira e o cumprimento de acordos firmados em processo de negociação. Está em pauta específica dos servidores do Executivo a falta de valorização do serviço público, a precarização das condições de trabalho e plano de carreira.

Mesmo sem nenhum avanço, as entidades continuarão mobilizadas na defesa dos servidores públicos. O ato da



Com presença de várias entidades, foi lançada a Campanha Salarial 2014, em frente ao Ministério do Planejamento. Diretores do Sindsep-MT participaram ativamente do ato.

campanha nacional teve balanço positivo, com o compromisso do Ministério do Planejamento em responder formalmente a pauta dos federais antes do carnaval, mas o governo já descartou a possibilidade de qualquer negociação em 2014.

O Fórum Nacional em defesa dos servidores e serviços públicos volta a se reunir no dia 18 de março. As entidades também estudam a realização de mais um ato e uma grande marcha também não está descartada. O consenso é de que é preciso preparar a categoria para definir o início de uma greve caso os avanços esperados no processo de negociação não aconteçam. Alguns setores já estão com indicativos apontados. É o caso dos técnicos das universidades com indicativo



de greve aprovado para o dia 17 de março. A Confederação realiza uma plenária nacional no dia 20 de março onde a greve será tema de destaque.

Saúde - Servidores da base da Saúde também estão mobilizados na tentativa de tratar temas ligados ao setor como problemas dos servidores intoxicados da Funasa, reestruturação da car-

reira, além de buscar soluções para uma série de problemas que atingem os planos de saúde de autogestão que atendem a maioria dos servidores e seus familiares.

Também em discussão está a dívida pública (ver na página seguinte), que é apontado como um dos principais obstáculos no investimento adequado em áreas essenciais para a população.

E O SOCIAL?

Dívida impede fortalecimento de áreas essenciais à população

Reconhecer e enfrentar os maiores obstáculos da classe trabalhadora é determinante para se munir das ferramentas certas em uma luta onde os inimigos detêm o controle econômico, político e ainda possuem a mídia como perversa aliada.

Em meio à intensa atividades ligadas à Campanha Salarial Unificada 2014 dos servidores federais, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - Condsef - promoveu reunião de seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE). A entidade apontou um calendário de ações para o próximo mês e agendou uma plenária nacional de sua base para o dia 20 de março. Antes, as entidades filiadas devem promover assembleias por local de trabalho nos estados até o dia 18 de março.

O objetivo é debater o processo de negociações com o governo, seus avanços e entraves e avaliar a necessidade de deflagrar greve para buscar atendimento de pautas urgentes que incluem acordos firmados e não cumpridos. A Condsef também apontou a realização de uma atividade no dia 19 de março para pressionar o governo caso as negociações sigam sem os avanços esperados e participou também de um debate sobre dívida pública que contou com participação da coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli.

Os deputados Ivan Valente e Chico



“Esquecer investimentos em serviços públicos de qualidade só agrava os problemas nas áreas sociais”

Alencar também falaram aos servidores presentes no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, onde aconteceu o debate. Em sua exposição, Fattorelli faz uma importante radiografia sobre a dívida pública e suas graves consequências para o País. O tema é considerado o grande problema a ser enfrentado para que se possa começar a resolver, de fato, os problemas sociais enfrentados no Brasil. Problemas que se refletem, em grande medida, na falta de investimentos ade-

quados no setor público.

Representantes das entidades que compõem o fórum dos federais também fizeram exposições sobre o assunto. Para a Confederação, reconhecer e enfrentar os maiores obstáculos da classe trabalhadora é determinante para se munir das ferramentas certas em uma luta onde os inimigos detêm o controle econômico, político e ainda possuem a mídia como perversa aliada. Enquanto despontamos como 7ª maior economia do mundo,

temos que conviver com gravíssimos problemas sociais que nos fazem o 3º pior em distribuição de renda. Com uma previsão de orçamento em 2014 maior que R\$2,3 trilhões é inadmissível que quase metade desse montante seja destinado ao pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Enquanto o Brasil priorizar o pagamento da dívida e esquecer investimentos em serviços públicos de qualidade, os problemas que enfrentamos nas áreas sociais vão continuar sendo agravados. Fattorelli destaca o exemplo do Equador que reduziu em 30% sua dívida promovendo a auditoria naquele país. Novamente chamando a responsabilidade para os trabalhadores, a coordenadora da

Auditoria Cidadã da Dívida destacou que se vive um momento particular em todo o mundo onde a sociedade acorda para as necessárias mudanças que precisam acontecer neste modelo mundial. Mudanças que começam essencialmente a partir do acúmulo de conhecimento, fundamentais para a disputa por um futuro melhor e mais justo. Mais dados podem ser obtidos no site mantido pela Auditoria Cidadã da Dívida no www.auditoriacidada.org.br (Condsef)

Líder do MST diz que Dilma está alinhada com as oligarquias

Um dos principais líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile avalia os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff sob a perspectiva da luta do homem no campo pela reforma agrária e contra o agronegócio e, deste ponto de vista, Stedile questiona o fato de a reforma agrária não ter apresentado resultados significativos na atual gestão. Segundo o líder sem-terra, a reforma agrária só não tem avanços porque a presidenta está “alinhada com as oligarquias”.

Em entrevista publicada no diário gaúcho *Jornal do Comércio*, com a assinatura do jornalista Jimmy Azevedo, João Pedro Stedile não poupou críticas aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, ambos do PT. O líder nacional do MST critica a política do atual governo em promover concessões de setores estratégicos. Sobre a política econômica do governo de coalizão, acredita que é necessário realizar mudanças, barrar o superávit primário e destinar os R\$ 280 bilhões anuais, hoje pagos em juros aos bancos, para educa-

ção, saúde, reforma agrária e transporte público. Reitera que, para que haja essas mudanças estruturais, será necessário primeiro promover uma reforma política para que o poder seja exercido pelo povo, “e não contra ele”.

O MST foi criado em um encontro de camponeses em Cascavel, no Paraná, no dia 22 de janeiro de 1984. Em três décadas de mobilização pela reforma agrária, seus integrantes realizaram mais de 2,5 mil ocupações. O movimento tem 2 mil escolas instaladas em assentamentos. (Giovanni Sá / Farol de Notícias)



Stedile questiona a reforma agrária do PT

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL Motta - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/ CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELANDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

E AGORA JOSÉ?

Aposentadoria, sinônimo de SOFRIMENTO

A aprovação da PEC 555 que propõe a anulação de uma taxa de contribuição imposta aos aposentados e pensionistas de forma injusta é uma das bandeiras de luta para este ano. Essa taxa é uma das várias armadilhas da Reforma da Previdência de 2003.

Depois de uma longa jornada de trabalho, o descanso merecido. Pelo menos é o que almeja todo servidor público federal quando se enquadra no grupo de aposentados. Mas a vida desses servidores não é regada só de flores, muito pelo contrário, o caminho a trilhar é cheio de espinhos, luta sem fim e uma determinação marcada por sonhos, como a conquista do fim das contribuições previdenciárias, paridade salarial, o cumprimento do Estatuto do Idoso e outros direitos, pauta também das mobilizações que marcaram o lançamento da Campanha Salarial 2014.

O único benefício que recebeu avanço até agora é a proposta da PEC 555/2006, que a categoria vem lutando há mais de 6 anos por sua aprovação. Um passo já foi dado: a maioria dos parlamentares aprovaram o texto, faltando apenas o voto do líder do PT, o deputado José Guimarães. Os servidores aguardam agora a votação no plenário da Câmara.

O texto trata da anulação da taxa de contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas, estabelecida pela Emenda Constitucional 41/2003 e foi pauta de manifestações do movimento sindical ligado aos aposentados em diversas partes do país, durante o ano todo, com o objetivo de pressionar o Congresso na aprovação da PEC 555.

Principais pontos da PEC 555

- Pelo texto aprovado na Comissão Especial que analisou o mérito da proposta, haverá a extinção imediata da cobrança dos aposentados por invalidez; a extinção da contribuição dos apo-

sentados e pensionistas que tiverem 65 ou mais anos de idade; a extinção gradual, na razão de 20% ao ano, a partir dos 61 anos de idade do titular do benefício, até a completa extinção aos 65 anos; esclarece também que enquanto não for extinta, a contribuição incidirá apenas sobre a parcela do provento de aposentadoria ou pensão que exceda ao teto de benefício do INSS.

Dados do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) 2013 apontam que essa arrecadação significa menos de 0,12% do orçamento federal, ou seja, insignificante para um país cuja arrecadação de impostos é a maior em todo o mundo.

Ano decisivo – Em dezembro de 2013, o XI Concondsef mostrou nas plenárias e nas diversas reuniões de grupo e dos departamentos setoriais a disposição da categoria para encarar os obstáculos que devem enfrentar. Todos sabem que este ano é um ano decisivo. Com o Brasil sediando uma Copa do Mundo e eleições presidenciais, 2014 será um ano particularmente importante. Os servidores estão cientes do papel fundamental que desempenham para o país e vão cobrar do governo o reconhecimento necessário de que é importante garantir investimentos urgentes no setor para que este país possa avançar não só economicamente, mas tornar-se socialmente mais justo. Não se constrói um país desenvolvido sem assegurar a sua população servidores públicos de qualidade. E é para buscar avanços no setor público que os servidores se mostram mais dispostos que nunca a partir para a luta utilizando, se preciso for, seu direito legítimo e sagrado de greve. (Com Condsef)



A aprovação da PEC 555/2006 pelo Congresso é uma das bandeiras de luta dos servidores federais

Condsef pede que Planejamento solucione problema que deixou aposentados do Dnit sem reajustes

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) esteve no Ministério do Planejamento para buscar solução de um problema que afetou alguns servidores aposentados do Dnit. Na mesma situação podem estar servidores de outros setores. No caso específico do Dnit, alguns servidores que se aposentaram com base na Lei 11.171/05 receberam a média dos últimos 60 meses referentes aos valores de sua gratificação de desempenho. Por receber a sua gratificação pela média dos valores e não pelos pontos, cerca de 150 aposentados do Dnit ficaram sem o reajuste negociado entre servidores e governo contido na MP 632/13.

A Condsef solicitou que o governo incluísse na MP 632/13 uma redação que modifica a forma de recebimento da média dos valores de gratificação para valores do ponto, como já acontece em diversos setores do Executivo e lembrou que a mudança não causa qualquer impacto financeiro já que os reajustes concedidos incluem os aposentados afetados pelo problema.

O Ministério do Planejamento se comprometeu a abrir um diálogo interno e levar o problema à ministra Miriam Belchior. A expectativa é de que se busquem mecanismos para resolver a questão não só do Dnit como eventualmente de outras categorias que apresentam o mesmo problema.

WWW.SINDSEPMT.ORG.BR

Este é o endereço do novo site do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso.

Notícias atuais de seu interesse. Mais ágil, dinâmico. Lá você encontrará as edições anteriores do jornal, a agenda do sindicato e muito mais. Confira! www.sindsepmt.org.br

